



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 1 DE 9 DE SETEMBRO DE 1988

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS E DO CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que todos os procedimentos de execução financeira e orçamentária deste Tribunal têm sido realizados através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – STAFI, desde 02/01/87 (Instrução Normativa nº022, de 22 de dezembro de 1986, da STN/MF),

CONSIDERANDO que, em prosseguimento à estruturação do referido Sistema, será implantada, a partir de 12/09/88, a Conta Única do Tesouro Nacional,

CONSIDERANDO que a aplicação dessa medida implicará alterações de procedimentos na movimentação de recursos destinados ao pagamento de processos de Precatórios, de responsabilidade deste Tribunal (art.117 da Constituição Federal vigente), no que se refere, principalmente, aos prazos para sua efetivação.

CONSIDERANDO, finalmente, que a adoção destas providências propiciará opções desburocratizantes nos serviços prestados à comunidade,

RESOLVE:

Art.1º O pagamento de Precatórios, resultantes de decisões proferidas pelo Tribunal Federal de Recursos contra a União Federal, obedecerá ao seguinte procedimento:

I – Quando se tratar de pagamento em espécie, o saque pela parte ou seu procurador, será realizado através do Banco do Brasil S/A, Agência Central-DF;

a) no mesmo dia, se o valor da ordem bancária emitida não ultrapassar 30 (trinta) OTNs;

b) 2 (dois) dias após a data de emissão da ordem bancária, se o seu

valor for superior a 30 (trinta) OTNs.

II – Quando se tratar de pagamento através de crédito em conta corrente, em favor da parte ou de seu procurador, o saque será realizado em qualquer Instituição Financeira;

a) 2 (dois) dias após a data de emissão da ordem bancária, se a Instituição Financeira localizar-se na praça de Brasília-DF;

b) 3 (três) dias após a data de emissão da ordem bancária, se a instituição Financeira localizar-se em outras praças.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, o pagamento será efetuado por indicação do Juiz deprecante ou a requerimento da parte ou de seu procurador, dirigido ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos, contendo nome e código da Agência da Instituição Financeira escolhida, bem como o número da conta corrente, e instruído com cópias autenticadas de CIC e Carteira de Identidade ou da OAB do requerente, conforme o caso.

Art. 2º Nos processos em tramitação, os pagamentos a serem efetuados mediante transferência ao Juízo deprecante, cujos pedidos já estejam deferidos, obedecerão aos procedimentos estabelecidos pelas Instruções Normativas n.ºs 01 e 02, de 20 de maio de 24 de setembro de 1981, respectivamente.

Art. 3º Após o pagamento deverão ser juntadas aos autos cópias de ordens bancárias, recibos, e, quando for o caso, ordens de pagamento e ofícios expedidos, comunicando ao Juízo competente e à parte ou ao seu procurador a efetivação do pagamento.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MINISTRO EVANDRO GUEIROS LEITE